



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL**  
**Comissão Permanente de Licitação**

Resposta SEI-GDF - SLU/PRESI/CPL

**RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL**

**MODALIDADE:** PREGÃO ELETRÔNICO N.º 05/2019 – PE/SLU-DF

**INTERESSADO:** SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL

**PROCESSO:** 0094-001014/2015

**OBJETO:** Contratação de Empresa para construção de um Ponto de Entrega Voluntária – PEV – para organização e armazenamento provisório dos materiais recebidos na Cidade de ÁGUAS CLARAS/ DF , localizado na Av. Jacarandá, Lote 24, conforme quantidades, especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, constante do Anexo I do Edital.

**1. DO PEDIDO E ESCLARECIMENTO**

Analisando a alegação do pedido de esclarecimento, a empresa questiona sobre a modalidade de licitação:

!- referente a modalidade pregão para a execução de obra de engenharia.

A lei 10520/02 estabeleceu o cabimento das modalidade pregão somente para a contratação de bens e serviços, definindo em seu Art. 1 , que se considerem bens e serviço comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

No tocante as obras de engenharia , depreende-se da leitura do legal não ser possível a sua contratação por meio de pregão conforme previsto no Art. 6,ix , da lei 8666/93, é necessário a definição completa e detalhada do objeto,com” nível de precisão adequado para caracterizar obra” e “ que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução” para que se possa realizar a sua contratação, bem como dos critérios de habilitação, requisitos para a aceitação e recebimento do objeto. Tais requisitos demonstra não ter a obra de engenharia natureza comum, o que torna sua contratação incompatível com o escopo e a sistemática do pregão.

O decreto 5450/05, que regulamenta o pregão na forma eletrônica no âmbito federal, também estabeleceu que não se aplica esta modalidade para contratações de obras de engenharia.

Em decisão plenária o CONFEA/CREA decidiu que serviços que exigem habilitação legal para sua elaboração ou execução, com obrigatoriedade de emissão de ART perante o CREA , dada a sua natureza intelectual, fatores que resultam em ampla complexidade, exigindo, portanto, profissionais legalmente habilitados e com as devidas atribuições, conforme também detalha o ART. 13 da lei 8666/1993, não se admitindo a sua contratação pela modalidade pregão.

Quanto ao mérito, cumpre esclarecer que a Egrégia Corte de Contas da União através do Ministro Valmir Campelo já se manifestou neste sentido:

... Como se vê, a Lei nº 10.520, de 2002, não excluiu previamente a utilização do Pregão para a contratação de obras e serviços de engenharia.

... O único condicionamento que a Lei do Pregão estabelece é a configuração do objeto da licitação com bem ou serviço comum... (Acórdão 817/2005 – 1ª Câmara. Rel. Ministro Valmir Campelo. Brasília, 03 de maio de 2005). (Negritei)

É certo que o Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, dispõe que:

Art. 6º A licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, não se aplica às contratações de obras de engenharia, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral.

Destaca-se que o mencionado Decreto cria restrição que alcançaria, somente as “obras de engenharia”, e não os “serviços de engenharia”.

A Súmula nº 257/2010 – TCU orienta que uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei nº 10.520/2002. Assim entendemos que se admite contratação de serviço de engenharia por pregão.

Como já mencionado, tanto a Lei nº 10.520/2002 quanto o Decreto nº 5.450/2005 não fazem qualquer menção quanto a impossibilidade de contratação de serviços de engenharia pela modalidade pregão. Logo, o que cabe discutir não é se o pregão poderá ser utilizado para contratação de serviço de engenharia e sim se o serviço de engenharia pode ser caracterizado como comum, eis que a lei alude a aquisição de bens e serviços comuns.

Nesta esteira, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes entende que o serviço de engenharia pode ser considerado comum com as seguintes condições:

... as características, quantidades e qualidades forem passíveis de  
“especificações usuais no mercado;”

(...)

**mesmo que exija profissional registrado no CREA** para execução, a atuação desse não assume relevância, em termos de custo, complexidade e responsabilidade, no conjunto do serviço; (i n Sistema de registro de preços e pregão presencial e eletrônico, 3. ed. rev., atual. e ampl. 1. reimpressão. Belo Horizonte: Fórum, 2009, pag. 429)

Neste sentido, colhe-se importante escólio do Ministro Marcos Vinício Vilaça:

51. De tudo isso, percebe-se que o pregão apenas é vedado nas hipóteses em que o atendimento do contrato possa ficar sob risco previsível, pela dificuldade de transmitir aos licitantes, em um procedimento enxuto, a complexidade do trabalho e pelo nível exigido de capacitação. Logo, a eventual inaplicabilidade do pregão precisa ser conferida conforme a situação, pelo menos enquanto a lei não dispuser de critérios objetivos mais diretos para o uso da modalidade. E o uso imaginar que, pelos benefícios do pregão, no que concerne à efetivação da isonomia e à conquista do menor preço, o administrador público talvez deva ficar mais apreensivo e vacilante na justificativa de que um serviço não é comum do que o contrário.

52. Neste caso o Pregão Eletrônico nº 13/2007, os serviços licitados foram: instalação do canteiro, remanejamento da infraestrutura do estacionamento externo, demolições escavação e transporte de terra e implantação de duas vias provisórias.

53. Constituem serviços de fácil caracterização, que não comportam variações de execução relevantes e que são prestados por uma gama muita grande de empresas.  
(...)

54. Como são serviços de execução frequente e pouco diversificada, de empresa para empresa, não houve problema em conformá-los no edital segundo padrões objetivos e usuais no mercado. (...)

55 . Não se deve também confundir especialização do licitante com complexidade do serviço, pois o primeiro termo refere-se à segmentação das atividades empresariais, ao passo que o segundo, à arduidade do trabalho. Uma empresa especializada – não se está falando de notória especialização – pode sê-lo relativamente a um serviço comum. (...)” (Acórdão nº 2.079/2007, Plenário, rel. Min. Marcos Vinícios Vilaça ) (Negritei)

Sendo assim, não há que se falar em impossibilidade da realização do certame por Pregão, na forma eletrônica, uma vez que se encontra pacificado em doutrina e jurisprudência que é lícito a realização de contratação de serviço de engenharia por intermédio dessa modalidade, além de que a Administração prima pela melhor proposta, e consequente contratação que garanta o atendimento do Interesse Público.

Consigna que a Administração Pública ao exigir profissional registrado no Conselho de Classe almeja a boa execução do objeto contratual, pois, em regra a contratação de particulares é sempre uma atividade complexa por enfrentar uma situação em que há interesses contrapostos entre a contratada e a contratante. A primeira visa ao lucro, ao passo que a segunda, em licitações do tipo menor preço, encara um importante desafio imposto pelo gestor: conseguir atrair licitantes qualificados e que ofertem os valores mais baixos.

Além de que o Tribunal de Contas do DF, que tem a competência de fiscalização órgãos dos Poderes do Distrito Federal e das entidades da administração indireta, incluídas as fundações públicas, quanto aos aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade, após deliberação das Decisões nºs. 2.165, 4.774, 5.363/2015, e 2.105/2017, assim como, o Despacho Singular nº 274/2017-GCPM e, por fim, a Decisão nº 3859/2017, nada manifestou nesse sentido, portanto, entende-se que a modalidade é aplicável, considerando a justificativas apresentadas e, acatadas por aquela Corte de Contas.

Quanto aos questionamentos levantados inerentes a área técnica do SLU, denominada Diretoria Técnica (DITEC), os mesmos foram encaminhados para análise, a qual se manifestou por meio da Nota Técnica nº 01/2019, transcrito na íntegra a seguir:

NOTA TÉCNICA Nº 01/2019 – DITEC

Objeto: Pedido de esclarecimento

Solicitante: Diretoria Geral/SLU

A presente Nota Técnica visa apresentar esclarecimentos acerca do Edital Pregão Eletrônico nº 05/20198 - SLU, para contratação de empresas para construção de um Ponto de Entrega Voluntária - PEV na região Administrativa de Águas Claras

OBJETO: Contratação de Empresa para construção de um Ponto de Entrega Voluntária – PEV – para organização e armazenamento provisório dos materiais recebidos na Cidade de ÁGUAS CLARAS/ DF , localizado na Av. Jacarandá, Lote 24.

Questionamento: *Com referencia ao item 14.3.7.1- “ No caso de apresentação de mais de um atestado para comprovação do quantitativo mínimo exigido, este deverão referir-se a períodos **concomitantes**” (grifo meu).*

*No meu entendimento e conforme o que indica o ART. 30 da lei de licitações, podem ser exigidos atestados com o objetivo de comprovar a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, bem como a qualificação da equipe técnica que se responsabilizara pelos trabalhos.*

*Diante destas constatações , pode-se afirmar que se torna inviável exigir do licitante, no tocante à qualificação técnica, **atestados com período de validade pré-determinados**, onde estas exigências interferem diretamente na competitividade da licitação, portanto não estão prevista na legislação.*

*Resposta:* No que tange aos(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica da empresa, em que deverá comprovar a aptidão de licitante para desempenho de atividades objeto desta licitação, em características, quantidade e prazos, conforme o item 14.3.7, tal comprovação dar-se-á em **executar conforme especificações mínimas exigidas de 21m<sup>2</sup> em execuções de obras de edificações e de serviços de terraplanagem com movimento de terra com volume mínimo de 110m<sup>3</sup>** de acordo com o **PRAZO DE EXECUÇÃO pré-estabelecido**, ou seja, se a empresa tem aptidão mínima para executar tal objeto no período estabelecido (no período de 3 meses) . (Item 13.3) Pregão Eletrônico 05/2019-SLU.

FERNANDA FERREIRA DE SOUSA

Assessora Técnica - PRESI/SLU

CREA 23658/D-DF

GLAYSON LUIZ ALVARENGA CHAMIÇO

Gerente - GEMAN/DITEC/SLU

CREA 24.011/D-DF

GABRIEL ARRAES DE SOUZA CASAS

Diretor Técnico  
DITEC/SLU

Diante disso, acolho o posicionamento da área técnica, mantendo inalterada a abertura do certame.

**Neide Aparecida Barros da Silva**

Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por **NEIDE APARECIDA BARROS DA SILVA - Matr.0273561-X, Pregoeiro(a)**, em 11/09/2019, às 18:53, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=28170509)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=28170509)  
[verificador= 28170509](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=28170509) código CRC= **044A138F**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 08, Edifício Shopping Venâncio, 6º Andar - Bairro Asa Sul - CEP 70333-900 - DF

3213-0200

0094-001014/2015

Doc. SEI/GDF 28170509